

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas**  
Conforme disposições legais e estatutárias, estamos submetendo a V.Sas. as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, da Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A.

**CONTEXTO GERAL DOS NEGÓCIOS**  
O mercado têxtil brasileiro vem sendo cada vez mais afetado e abastecido pelas importações de produtos advindos da Ásia. Entretanto, a manutenção da demanda aquecida no mercado interno durante 2010 e a perspectiva de preservação desse mesmo cenário no corrente exercício, somado às gestões da Companhia em termos de busca incessante por alta qualidade, rigorosa administração de custos, diversificação de suas linhas de produtos e investimentos em modernização, deverão permitir uma performance operacional mais positiva em 2011.

**RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES**  
Conforme determinado pela CVM, a Administração informa que contratou junto aos seus Auditores Externos (PricewaterhouseCoopers) durante o exercício de 2010, outros serviços não relacionados à Auditoria das Demonstrações Financeiras que somaram o montante de R\$ 33 mil.

**INVESTIMENTOS DA COMPANHIA EM CONTROLADAS E COLIGADAS**  
A Companhia possui investimentos nas seguintes empresas: Dumas Administração e Participações Ltda., Inversora Holger S/A e Radelton Trading Corporation S/A.

No curso de 2010 a Companhia investiu R\$ 18 milhões em projetos de modernização, envolvendo suas diversas plantas industriais. No decorrer de 2011 deverão ser concluídos tais investimentos, que totalizam R\$ 30 milhões no biênio 2010/2011. A Administração permanece focada no propósito de manter

seus parques industriais equipados com maquinários modernos e capazes de permitir sua competitividade no mercado mundial.

**RECURSOS HUMANOS, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**  
A Companhia mantém vários programas de desenvolvimento profissional em todas as suas Unidades Industriais, voltados para a melhoria contínua de eficiência e produtividade, inclusive mantendo parcerias com o SENAI dentro de suas instalações, sempre atenta à absorção de novas tecnologias e conhecimento por parte de seus colaboradores. No primeiro Trimestre de 2011, a Companhia conquistou o Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho (Regional RS) nas categorias "Desenvolvimento Sócio-Ambiental" (Escola Paramount/SENAI) e "Gestão de Pessoas" (Projeto Creche), tendo se classificado dentre 1737 indústrias dos mais diversos setores em todo o Brasil) para competir na Etapa Nacional, promovida pela CNI - Confederação Nacional da Indústria. O Projeto Creche, que já atendeu mais de 15 mil crianças ao longo dos últimos 48 anos (dezenas das quais posteriormente tornaram-se funcionários da empresa), foi reconhecido pela CNI através da conquista de honroso 4º lugar durante o julgamento realizado na Etapa Nacional em São Paulo.

**PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE**  
A Paramount está constantemente investindo e aperfeiçoando seus processos industriais com vistas à preservação do meio ambiente. Todas as unidades industriais estão licenciadas ou em fase de renovação regular de suas licenças pelos órgãos ambientais competentes e contam com o apoio de equipe própria de especialistas para assegurar o cumprimento contínuo das normas de preservação de recursos naturais e responsabilidades com o meio ambiente.

**DIVIDENDOS**  
Em 2009 a Companhia pagou dividendos à totalidade dos acionistas preferencialistas no valor de R\$ 2.177 mil. Diante de tal pagamento encontram-se cumpridas as disposições legais e estatutárias de distribuição de dividendos mínimos de 0% (seis por cento) calculado sobre o valor do capital social subscrito e integralizado em ações preferenciais.

Com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, a Administração está propondo aos senhores acionistas em AGO que os dividendos mínimos sejam objeto de deliberação em AGE, a ser realizado no curso do exercício de 2011.

**PERSPECTIVAS**  
Para fazer face às condições de mercado, manter-se competitiva e assegurar o crescimento, a Companhia está empreendendo iniciativas diversas voltadas ao aumento do valor agregado dos seus produtos e serviços para clientes, aperfeiçoamento dos canais de distribuição, incluindo projetos voltados para expansão de atividades de varejo e desenvolvimento de marcas próprias. Em paralelo, prosseguem os programas de modernização industrial, voltados principalmente para aumento da produtividade e eficiência.

**AGRADECIMENTOS**  
Agradecemos aos Senhores Acionistas pela permanente confiança que nos depositam, aos nossos fornecedores e clientes pela preferência e parceria e aos nossos funcionários que aprimoram continuamente nossa motivação para novas e maiores realizações.

São Paulo, 30 de março de 2011.

**Fuad Mattar**  
Presidente do Conselho de Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS** (Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2009
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	17.089	20.163	16.946	17.423	20.902	18.497
Contas a receber (Nota 8)	46.990	24.836	38.751	46.990	24.836	38.751
Estoques (Nota 9)	72.009	75.947	96.161	72.237	76.075	96.161
Impostos a recuperar	6.725	10.657	11.140	6.725	10.725	11.220
Despesas pagas antecipadamente	1.567	1.460	517	1.567	1.460	524
Créditos diversos	5.286	2.328	1.141	5.472	2.488	1.286
Prejuízo do exercício	149.666	135.391	164.656	150.414	136.488	166.439
<b>Não circulante</b>						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais (Nota 14)	9.784	7.485	6.322	9.784	7.485	6.322
Impostos a recuperar	4.777	4.777		4.777	4.777	
Contribuição social diferidos (Nota 16)	26.570	25.371	25.294	26.570	25.371	25.294
Créditos diversos	30	454	642	30	454	642
Investimentos (Nota 10)	41.161	38.087	32.258	41.161	38.087	32.258
Outros investimentos	20.681	20.165	19.312	20.681	20.165	19.312
Outros investimentos	1.564	1.564	1.564	1.564	1.564	1.564
Intangíveis (Nota 13)	3.583	3.403	3.485	3.583	3.403	3.485
Imobilizado (Nota 12)	235.154	233.899	252.025	236.928	236.031	274.520
	302.143	298.118	308.644	303.236	300.085	311.827
<b>Total do ativo</b>	<b>451.809</b>	<b>433.509</b>	<b>473.300</b>	<b>453.650</b>	<b>436.571</b>	<b>478.266</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros					
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária
<b>Em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>71.318</b>	<b>243</b>	<b>10.846</b>	<b>137.871</b>	<b>1.048</b>	<b>38.093</b>
Reclassificação do saldo da reserva de reavaliação			(10.846)	10.846		
Custo atribuído (deemed cost)				137.871		
Constituição de reserva					38.093	(38.093)
<b>Em 1º de janeiro de 2009, ajustado</b>	<b>71.318</b>	<b>243</b>	<b>148.717</b>	<b>1.048</b>	<b>38.093</b>	<b>259.419</b>
Aumento de capital (Nota 17(a))	1.142					1.142
Constituição de reservas de capital		4.510				4.510
Realização do custo atribuído (deemed cost) (Nota 17(e))				(9.029)		9.029
Prejuízo do exercício						(8.011)
Constituição de reserva					1.018	(1.018)
Dividendos (Nota 17(b))						(2.177)
Varição cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 17)				(96)		(96)
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>72.460</b>	<b>2.576</b>	<b>139.592</b>	<b>1.048</b>	<b>39.111</b>	<b>254.787</b>
Prejuízo líquido do exercício						(5.425)
Realização do custo atribuído (deemed cost) (Nota 17(e))				(9.029)		9.029
Varição cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 17)						(14)
Constituição de reserva					3.604	(3.604)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>72.460</b>	<b>2.576</b>	<b>130.549</b>	<b>1.048</b>	<b>42.715</b>	<b>249.348</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS** - A Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") tem por objetivo principal a fabricação e a comercialização de fios têxteis, tecidos, tops de lá, confecções e varejo. A Companhia atua por meio de suas divisões Lansul (fios industriais), Pinguim (fios de tricô), Tops (tops de lá), Vestuário (confecção e lojas de varejo) e Tecelagem (tecidos de pura lã fina). A Companhia é uma sociedade anônima com sede em São Paulo. A emissão de demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 11 de abril de 2011.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o método contábil de custo de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos e edificações, máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs, e ativos e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão destacadas em itálico nas práticas contábeis adotadas anteriormente.

**2.2. Consolidado** - As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board. Estas são as principais demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 27. (b) **Demonstrações financeiras individuais**: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

**(a) Demonstrações financeiras consolidadas**: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

**2.3. Apresentação de informações por segmentos** - As informações por segmentos operacionais são consolidadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

**2.4. Conversão de moeda estrangeira** - (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação**: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são reconhecidos usando a moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. (b) **Transações e saldos**: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos usando a moeda funcional. (c) **Ativos e passivos**: Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são mensurados ao custo de aquisição e as perdas cambiais são reconhecidas no resultado do exercício. (d) **Ativos não circulantes**: Caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos/perdas, líquidos". (e) **Empresas do Grupo**: Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos na moeda funcional e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.8 e 2.5). (ii) **Reconhecimento por segmentos** - O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (b) **Empréstimos e recebíveis**: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e fornecedores" e "Contas a receber de fornecedores". Os valores justos dos investimentos com cotização pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. O Grupo também utiliza técnicas de avaliação para determinar o valor justo de instrumentos de ativos financeiros. No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão impaired. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por impairment reconhecidas na demonstração do resultado do exercício são adicionadas ao patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado. O teste para verificação de impairment das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.8. **2.6.3. Impairment de ativos financeiros - Ativos mensurados ao custo amortizado**: O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deterio-

rado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: mudanças adversas na duração do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros detetada sob as condições do contrato. Como um expediente para o Grupo pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado (Nota 2.13).

**2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** - (a) **Hedge de valor justo**: As variações no valor justo de instrumentos financeiros e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco "hedgeado". O Grupo só aplica a contabilização de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas e variação cambial é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo de qualquer um dos instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". **2.8. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas ao custo menos as provisões para prováveis perdas ("PDD" (impairment)). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. **2.9. Estoques** - Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de financiamento relacionadas com o aumento das provisões para prováveis perdas ("PDD" (impairment)). Na prática, são normalmente reconhecidas ao custo acumulado de cada importação. **2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Quando relevantes, ativos e passivos foram ajustados a valor presente. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 correspondia, em média, a 9,0% a.a. **2.11. Ativos Intangíveis** - (i) **Programas de computador (softwares)**: Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas de amortização sempre que houver mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil pode não ser recuperável. Os custos com empregados ligados ao desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. (ii) **Pontos comerciais**: Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentados na existência de ponto comercial onde se localizam suas lojas. O fundo de comércio é um ativo intangível, comercializável, e portanto recuperável no futuro. **2.12. Imobilizado** - Terrenos, edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, principalmente, o custo histórico menos as provisões para prováveis perdas ("PDD" (impairment)). Os custos de aquisição de ativos qualificados como parte do produto de software, incluindo os custos com empregados ligados ao desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. (ii) **Pontos comerciais**: Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentados na existência de ponto comercial onde se localizam suas lojas. O fundo de comércio é um ativo intangível, comercializável, e portanto recuperável no futuro. **2.13. Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como os pontos comerciais, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que houver mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de impairment e o valor da fatura correspondente. **2.15. Empréstimos** - Os empréstimos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação de origem, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra, quando não houver evidências da probabilidade de que parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de

	Vida útil em anos	
	Anterior	
	Atual	
Edificações	25	29
Máquinas e equipamentos	5	10
Veículos	5	5
Móveis e utensílios	10	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final do exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13). Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado. **2.13. Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como os pontos comerciais, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que houver mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de impairment e o valor da fatura correspondente. **2.15. Empréstimos** - Os empréstimos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação de origem, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra, quando não houver evidências da probabilidade de que parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de

Tópico	Exigências-chave
Alteração no IAS 32 "Instrumentos Financeiros"	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou warrants para adquirir qualquer fixed dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que uma entidade ofereça direitos, opções ou warrants de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS"	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita (Nota 19)	247.038	232.758	246.922	232.758
Custo das vendas (Nota 21)	(199.475)	(196.335)	(199.500)	(196.474)
<b>Lucro bruto</b>	<b>47.563</b>	<b>36.423</b>	<b>47.422</b>	<b>36.284</b>
Despesas operacionais	(28.947)	(27.514)	(28.947)	(27.514)
Despesas com vendas (Nota 21)	3.834	(7.836)	5.250	(6.578)
Despesas administrativas (Nota 21)	(23.783)	(19.879)	(24.861)	(20.673)
Outras receitas, despesas líquidas (Nota 20)	2.639	(1.947)	(2.639)	(1.947)
Remuneração dos administradores (Nota 26)	(2.639)	(1.947)	(2.639)	(1.947)
Participação nos lucros de subsidiárias (Nota 10)	530	689	(775)	(20.408)
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(3.442)</b>	<b>(20.064)</b>	<b>(3.775)</b>	<b>(20.408)</b>
Receitas financeiras (Nota 22)	978	1.060	978	1.148
Despesas financeiras (Nota 22)	(6.746)	(6.232)	(6.387)	(5.911)
Varição cambial e monetária, líquida (Nota 23)	(1.086)	11.268	(1.086)	11.269
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(6.866)</b>	<b>(6.096)</b>	<b>(6.485)</b>	<b>(6.669)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(10.296)</b>	<b>(13.968)</b>	<b>(10.260)</b>	<b>(13.902)</b>
Imposto de renda e contribuição social				
correntes (Nota 16)	(279)	(1.243)	(406)	(1.401)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16)	(8.225)	(8.011)	(8.225)	(8.011)
Atribuído aos acionistas da Companhia	(5.425)	(8.011)	(5.425)	(8.011)
<b>Prejuízo por lote de mil ações do capital social - R\$</b>	<b>(15,30)</b>	<b>(22,61)</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE** (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009	Exercício findo em 2010	Exercício findo em 2009
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(5.425)</b>	<b>(8.011)</b>	<b>(5.425)</b>	<b>(8</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

isenção limitada a partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"  
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)  
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provisão de Recursos (funding) e sua Interação"  
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"

que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.  
Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.  
Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.  
O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada.  
Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.

**Aprimoramentos aos IFRS em 2010**  
As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

**Norma**  
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"

**Principais exigências**  
(a) **Mudanças na política contábil no ano da adoção:** Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.  
(b) **Base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost):** Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remuneração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição.  
(c) **Uso de custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos):** As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para impairment de acordo com o IAS 36 na data da transição.

**Aplicações**  
Aplicado prospectivamente.

IFRS 3 - "Combinações de Negócios"

(a) **Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado:** Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008).  
(b) **Mensuração de participações não controladoras:** A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.  
(c) **Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente:** A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.

Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicada retroativamente.

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"

Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente.

IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"

Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em Joint Ventures", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.

Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente.

IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"

Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de:  
• circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação;  
• transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo;  
• mudanças na classificação dos ativos financeiros; e  
• mudanças nos passivos e ativos contingentes.

Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.

IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"

O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.

Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.

**3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS** - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo o expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão relacionadas, mas não limitadas a: depreciação e amortização, impairment de ativos e a vida útil dos ativos.

**4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO** - 4.1 **Fatores de risco financeiro** - As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela administração financeira do Grupo. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais do Grupo. (a) **Risco de Mercado:** (i) **Risco cambial:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais futuros ou aumentam valores pagos no mercado, ou devido a fornecedores. Tendo em vista que parte do faturamento da Companhia (aproximadamente 27%, 2009 - 24%) tem sido feita principalmente em dólares norte-americanos, a estratégia principal é que o faturamento atue como um hedge natural para parte de suas operações passivas denominadas em moeda estrangeira quando impactada de forma negativa. A seguir, os totais de ativos e passivos sujeitos à exposição cambial:

Em dólares norte-americanos  
Bancos - contas corrente no exterior  
Contas a receber  
Empréstimos e financiamentos  
Fornecedores  
Exposição líquida

Entre os principais saldos expostos à variação cambial temos: (i) **Contas a receber** - conforme descrito na Nota 8, a Companhia possui saldo de R\$ 7.133 (2009 - R\$ 5.037) denominado em dólares norte-americanos. Esses ativos geraram variação cambial passiva no montante de R\$ 1.579 (2009 - R\$ 6.005). (ii) **Empréstimos e financiamentos** - conforme descrito na Nota 13, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo passivo no montante de R\$ 36.192 (2009 - R\$ 50.190) denominado em dólares norte-americanos. Esses empréstimos e financiamentos geraram variação cambial ativa no montante de R\$ 439 (2009 - R\$ 20.135). (iii) **Risco com taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos lançados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado. (b) **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização em suas contas a receber. Adicionalmente, a Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades (controladas), mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações com liquidez menor que 90 dias, em depósitos em instituições financeiras cujo rating atenda às necessidades da Companhia, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente que apresentem margens satisfatórias. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantém caixa e equivalentes consolidado de R\$ 17.423 (2009 - R\$20.902) que se espera gerar entradas de caixa para administrar o risco de liquidez, conforme mencionado na Nota 6 (caixa e equivalente de caixa). O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	2010	2009
Bancos - contas corrente no exterior	4.249	9.466
Contas a receber	7.133	5.037
Empréstimos e financiamentos	(36.192)	(50.190)
Fornecedores	(1.279)	(2.642)
Exposição líquida	(26.089)	(38.329)

**Consolidado**

Entre os principais saldos expostos à variação cambial temos: (i) **Contas a receber** - conforme descrito na Nota 8, a Companhia possui saldo de R\$ 7.133 (2009 - R\$ 5.037) denominado em dólares norte-americanos. Esses ativos geraram variação cambial passiva no montante de R\$ 1.579 (2009 - R\$ 6.005). (ii) **Empréstimos e financiamentos** - conforme descrito na Nota 13, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo passivo no montante de R\$ 36.192 (2009 - R\$ 50.190) denominado em dólares norte-americanos. Esses empréstimos e financiamentos geraram variação cambial ativa no montante de R\$ 439 (2009 - R\$ 20.135). (iii) **Risco com taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos lançados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado. (b) **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização em suas contas a receber. Adicionalmente, a Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades (controladas), mas gerenciado pelos profissionais de finanças. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações com liquidez menor que 90 dias, em depósitos em instituições financeiras cujo rating atenda às necessidades da Companhia, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente que apresentem margens satisfatórias. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantém caixa e equivalentes consolidado de R\$ 17.423 (2009 - R\$20.902) que se espera gerar entradas de caixa para administrar o risco de liquidez, conforme mencionado na Nota 6 (caixa e equivalente de caixa). O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano (I)	Entre um e dois anos (II)	Entre dois e sete (III)
Em 31 de dezembro de 2010	45.654	25.550	19.696
Empréstimos	14.333		
Fornecedores e outras contas a pagar (ii)			
Em 31 de dezembro de 2009	53.628	15.525	
Empréstimos e outras contas a pagar (ii)	13.534		
Em 1º de janeiro de 2009	60.749	37.652	
Empréstimos			
Fornecedores e outras contas a pagar (ii)	15.451		

(d) **Análise de sensibilidade: (i) Análise de sensibilidade de variação na moeda estrangeira:** A Companhia possui exposição de variações em moeda estrangeira, principalmente nos empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia estimou o cenário possível de desvalorização do real em 25% sobre o US\$ considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 1,67/US\$, (R\$ 2,08/US\$) e o cenário remoto uma valorização de 50% (R\$ 2,50/US\$), sobre esses empréstimos e financiamentos em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. São apresentados dois cenários nos termos da instrução CVM no 475/08, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada, que possam representar efeitos adversos para a Companhia. No cenário I, consideramos uma apreciação do real frente ao dólar de 25% e 50%, e no cenário II uma desvalorização do real frente ao dólar de 25% e 50%, conforme tabelas abaixo:

Cenário de variação de taxa de câmbio	Valorização		Desvalorização	
	Valor referência	Dólar referência	Cenário I (-25%)	Cenário II (+50%)
Empréstimos e financiamentos em US\$	21.721	1.662	1.249	2.499
Empréstimos e financiamentos convertidos em R\$	36.192	27.144	18.096	45.240
Efeito estimado de variação de taxa de câmbio		(9.048)	(18.096)	9.048

**4.2. Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e bancos, conforme Nota 6 (caixa e equivalentes de caixa) O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. No ano de 2010, a estratégia da Companhia, ficou inalterada em relação à de 2009, que foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 20% e 40%. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 podem ser assim sumarizados: O aumento/redução no índice de alavancagem financeira em 2010 foi decorrente, principalmente, pela baixa do deságio em 01 de janeiro de 2009.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Total dos empréstimos (Nota 13)	90.900	69.153	98.401
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(17.423)	(20.902)	(18.437)
Dívida líquida	73.477	48.251	79.964
Total do patrimônio líquido	249.348	254.787	259.419
Total do capital	322.825	303.038	339.323
Índice de alavancagem financeira - %	22,76	15,92	23,55

**4.3. Estimativa do valor justo** - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Consolidado Saldo total
Passivos		493		493
Derivativos usados para hedge		493		493
Total do ativo		493		493

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontamente e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente contábeis, sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como mantidos até a data do vencimento

to e títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço, estando incluído no Nível 1. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e exigem o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes contidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

**5. Instrumentos financeiros por categoria**

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2010					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	52.492				52.492
Caixa e equivalentes de Caixa	17.423				17.423
	69.915				69.915
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos			493	493	493
Empréstimos e financiamentos em reais			54.215	54.215	54.215
Parcelamento de tributos (Refis)			36.192	36.192	36.192
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais			4.394	4.394	4.394
			14.333	14.333	14.333
			109.627	109.627	109.627

As movimentações na provisão para impairment de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Provisão para impairment de contas a receber	(160)	(915)	(853)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(341)	(160)	(62)
		915	(915)
		(160)	(915)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber impaired foram registradas no resultado do exercício como "Outras despesas", já a despesa com desconto foi registrada como "Despesa financeira" (Nota 22). Os valores debitados a conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. O Grupo não mantém nenhum título como garantia.

**10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS** - (a) **Informações sobre as empresas controladas:** Conforme requerimentos de divulgação de informações sobre empresas controladas, apresentamos a seguir, um resumo das seguintes informações financeiras selecionadas de nossas controladas em 31 de dezembro de 2010:

	Nome	País	Nequício
	Dumas Administração e Participações Ltda.	Brasil	Administração e locação de imóvel
	Inversora Holger S.A.	Uruguai	Investimento em marcas (Companhia atualmente inoperante)
	Radelton Trading Corporation S.A.	Uruguai	Trading

(b) **Movimentação do investimento na controladora**

	Dumas Administração e Participações Ltda.	Inversora Holger S.A.	Radelton Trading Corporation S.A.	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009	6.907			6.907
Custo atribuído (deemed cost)	12.405			12.405
Em 1º de janeiro de 2009, ajustado	19.312			19.312
Equivalência patrimonial	559	1	129	689
Variação cambial investida no exterior	(4)	(92)	(96)	(192)
Outros		260	260	520
Em 31 de janeiro de 2009	19.871	(3)	297	20.165
Equivalência patrimonial	449	(4)	85	530
Variação cambial investida no exterior		(14)	(14)	(28)
Em 31 de dezembro de 2010	20.320	(7)	368	20.681

**11. INTANGÍVEL**

	Pontos comerciais	Softwares	Total
Em 1º de janeiro de 2009			
Custo	2.656	836	3.492
Amortização acumulada		(7)	(7)
Saldo contábil, líquido	2.656	829	3.485
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009			
Saldo inicial	2.656	829	3.485
Aquisições	541	1.021	1.562
Alienação	(1.060)		(1.060)
Transferência para o imobilizado		591	591
Amortização		(175)	(175)
Saldo contábil, líquido	2.728	1.675	4.403
Em 31 de dezembro de 2009			
Custo	2.728	1.857	4.585
Amortização acumulada		(182)	(182)
Saldo contábil, líquido	2.728	1.675	4.403
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
Saldo inicial	2.728	1.675	4.403
Aquisições	152	152	304
Amortização	(223)	(223)	(446)
Transferência para o imobilizado		(749)	(749)
Saldo contábil, líquido	2.728	855	3.583
Em 31 de dezembro de 2010			
Custo	2.728	1.206	3.934
Amortização acumuladas		(351)	(351)
Saldo contábil líquido	2.728	855	3.583

Os pontos comerciais são representados por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentados na existência de ponto comercial onde se localizam suas lojas e não são amortizados em função das características contratuais que não determina prazo e possibilidade a venda do ponto quando necessário. A Administração da Companhia, não espera mudanças significativas na avaliação da vida útil dos ativos intangíveis com vida útil definida.

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2009					
Ativo, conforme o balanço patrimonial					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	27.778				27.778
Caixa e equivalentes de Caixa	20.902				20.902

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(a) Custo atribuído:** Em 2010, a Companhia aplicou o custo atribuído conforme determinação do CPC 27 - Ativo Imobilizado, esse efeito na demonstração está detalhado mais adiante na Nota27. As reavaliações efetuadas anteriormente pela controlada foram mantidas de acordo com o facultado pelo artigo da Lei 11.638/07. Conforme facultado pelo ICPCC 10, a Companhia revisou os valores contábeis de determinados itens do ativo imobilizado, de acordo com a sua natureza e sua susceptibilidade de variação de valor, e para estes itens passaram a adotar o custo atribuído. Os itens selecionados representavam integralmente os grupos de terrenos, edificações, benfeitorias e máquinas e equipamentos em 30 de setembro de 2010. Para os demais itens a reavaliação anteriormente registrada foi considerada como o novo custo em 1º de janeiro de 2009 e, por este motivo a reserva de reavaliação existente naquela data, no valor de R\$ 10.846, foi reclassificada para a rubrica de ajuste de reavaliação patrimonial.

**(b) Teste de recuperabilidade dos ativos:** A Administração efetuou testes de recuperabilidade nos ativos da Companhia. Após agrupar seus ativos em unidades geradoras de caixa, tais testes foram executados por meios de projeções de fluxo de caixa abrangendo um período de dez anos, extrapolado pelo período de vida útil dos ativos correspondentes, bem como por meio da comparação dos valores contábeis com os valores de mercado dos ativos. Os fluxos projetados foram trazidos a valor presente considerando taxas que refletem, na avaliação da administração da Companhia, o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos. Tais projeções foram preparadas com base em parâmetros aprovados. Na avaliação das Unidades geradoras de caixa (UGCs) com indicativo de impairment, mesmo que a taxa de desconto estimada antes do imposto e livre de inflação aplicada aos fluxos de

caixa descontados para as UGCs fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 9,1% em vez de 8,1%), ainda assim não haveria a necessidade de registro de perdas por impairment. A comparação do valor contábil dos ativos com o seu valor em uso e/ou valor de recuperação, não indicou a necessidade de qualquer ajuste para refletir o seu valor de recuperação. **(c) Outras informações:** A depreciação do exercício de 2010 alocada ao custo dos produtos vendidos monta a R\$ 16.608 e às despesas, R\$ 558. **(d) Revisão e ajuste da vida útil estimada:** A Companhia e suas controladas efetuaram o registro do custo atribuído (deemed cost) e revisaram a vida útil remanescente dos grupos de Terrenos, Edificações e máquinas e equipamentos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 27 - Ativo Imobilizado e ICPCC 10 - interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, baseada em laudo técnico emitido por avaliadores independentes em 30 de setembro de 2010. Em consequência, em 1º de janeiro de 2009, foi registrada mais-valia dos ativos e foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do imobilizado em virtude de nova estimativa de vida útil-econômica destes. Em 1º de janeiro de 2009, houve um acréscimo nos bens do imobilizado no montante de R\$ 208.897, correspondente ao registro do custo atribuído. Essa revisão resultou no aumento da vida útil dos ativos analisados em média para 10 anos para o grupo de máquinas e equipamento e (2009 - cinco anos) e 29 anos para edificações e benfeitorias. **(e) Garantias:** Os empréstimos bancários estão garantidos por máquinas e equipamentos de R\$ 30.217 (2009 - R\$ 16.036), vide Nota 13.

**19. RECEITA -** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Vendas brutas de produtos e serviços	291.547	266.287	291.431	266.287
Impostos sobre vendas e devoluções	(44.509)	(33.529)	(44.509)	(33.529)
	<u>247.038</u>	<u>232.758</u>	<u>246.922</u>	<u>232.758</u>

**20. OUTRAS DESPESAS, LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Recuperação de despesas créditos tributários	1.205	1.455	1.205	1.455
Indenização de seguros	6.675		6.675	
Impostos sobre outras saídas e receitas	(1.028)	(92)	(1.028)	(92)
Indenizações trabalhistas e outras	(1.536)	(1.459)	(1.536)	(1.459)
Programa de participações dos empregados	(784)	(898)	(784)	(898)
Despesas com refis lei 11941/09		(1.919)		(1.919)
Despesas com processos administrativos e outros	(698)	(2.328)	(698)	(2.328)
Despesas com processos comerciais de exportações		(1.190)		(1.190)
Outras despesas		(1.405)		(1.405)
Receita de alugueis			1.416	1.278
Receta de investimentos				
	<u>3.834</u>	<u>(7.836)</u>	<u>5.250</u>	<u>(6.558)</u>

O reembolso de seguro refere-se a dois sinistros em Santa Isabel envolvendo maquinário, estoques e parte civil.

**21. DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesas com pessoal	(61.885)	(57.310)	(62.696)	(57.560)
Despesas com depreciação e amortização	(17.031)	(19.848)	(17.389)	(20.211)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(43.601)	(48.216)	(43.601)	(48.216)
Despesas com manutenção e ocupação	(8.247)	(10.294)	(8.247)	(10.294)
Matérias primas	(102.261)	(100.001)	(102.261)	(100.001)
Fretes	(6.754)	(6.891)	(6.754)	(6.891)
Outros	(12.426)	(1.368)	(12.360)	(1.598)
Custo total das vendas, despesas comerciais e administrativas	<u>(252.205)</u>	<u>(243.728)</u>	<u>(253.308)</u>	<u>(244.661)</u>
Classificados da seguinte forma				
Custo dos produtos vendidos	(199.475)	(196.335)	(199.500)	(196.474)
Despesas comerciais	(28.947)	(27.514)	(28.947)	(27.514)
Despesas administrativas	(23.783)	(19.879)	(24.861)	(20.673)
	<u>(252.205)</u>	<u>(243.728)</u>	<u>(253.308)</u>	<u>(244.661)</u>

**22. RECEITA E DESPESAS FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesa financeira				
Juros com empréstimos e financiamentos	(4.628)	(4.443)	(4.632)	(4.448)
Perdas com variações cambiais	(9,44)	(112)	(99)	(112)
Outras despesas financeiras	(2.019)	(1.677)	(1.636)	(1.351)
	<u>(6.746)</u>	<u>(6.232)</u>	<u>(6.367)</u>	<u>(5.911)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita financeira				
Juros com aplicações financeiras	317	503	317	591
Variação monetária líquida	71		71	
Outras receitas financeiras	590	557	590	557
	<u>978</u>	<u>1.060</u>	<u>978</u>	<u>1.148</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(5.768)</u>	<u>(5.172)</u>	<u>(5.389)</u>	<u>(4.763)</u>

**23. GANHOS (PERDAS) CAMBIAIS E MONETÁRIAS, LÍQUIDOS -** As diferenças cambiais e monetárias (debitadas) creditadas à demonstração do resultado são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Variação cambial sobre exportações e outros	(1.579)	(6.005)	(1.579)	(6.005)
Variação cambial sobre empréstimos em moedas estrangeiras	439	20.135	439	20.136
Atualização monetária - REFIS Lei nº 11.941/09	(375)	(3.787)	(375)	(3.787)
Variação cambial sobre fornecedores do exterior	100	699	100	699
Outras variações monetárias e cambiais	329	226	319	226
Variação cambial e monetária, líquida	<u>(1.086)</u>	<u>11.268</u>	<u>(1.096)</u>	<u>11.269</u>

**24. PREJUÍZO POR AÇÃO -** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras. Os valores dos prejuízos por ação básicos e diluídos foram calculados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Prejuízo				
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade			(5.425)	(8.011)
Quantidade de ações para o prejuízo por ação (milhares)			354.509	354.509
Ações preferenciais			177.255	177.255
Ações ordinárias			177.255	177.255
Prejuízo por lote de mil ações (em R\$)			<u>(15,30)</u>	<u>(22,60)</u>
Prejuízo atribuível a ações ordinárias			(7,73)	(21,40)
Prejuízo atribuível a ações preferenciais			(7,73)	(21,40)

**25. COMPROMISSOS -** A Companhia possui contratos de locação para suas unidades comerciais, representada pela operação das lojas Sky Land e Sea e Afiliária Paramount. Os contratos de locação dessas unidades comerciais, em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Em caso de rescisão desses contratos de locação, a Companhia teria compromisso no montante de R\$ 1.070. Em 2010, as despesas de alugueis, condomínios e fundo de promoção, totalizaram R\$ 2.902 (2009 - 3.167) para oito lojas (em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 2.427 para nove lojas). O saldo da conta de alugueis a pagar, em 31 de dezembro de 2010, monta a R\$ 318 (2009 - R\$ 365).

**26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - 26.1 Consolidado -** O Grupo é controlado pela Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A. (constituída no Brasil), que detém 100% das ações da sociedade. As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: **(a) Vendas de produtos**

	2010	2009
	Vendas de produtos	
Coligadas	20	
	<u>20</u>	<u></u>

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base na correção de custos, permitindo uma margem que varia entre 15% e 30% (2009 - 10% a 18%). **(b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 representa o montante de R\$ 2.639 (2009 - R\$ 1.947). **(c) Saldos e transações entre partes relacionadas**

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
	Mútuos passivos não circulante		
Empresas controladas			
Dumas	4.348	3.211	1.530
Radelton	91	136	
	<u>4.439</u>	<u>3.347</u>	<u>1.530</u>

**27. ADOÇÃO DO IFRS E DOS CPCs PELA PRIMEIRA VEZ - 27.1. Base da transição - 27.1.1. Aplicação dos CPCs 37 e 43 do IFRS 1 -** As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. **27.1.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia -** A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva: **(a) Isenção do valor justo como custo presumido:** A Companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessas isenções está detalhada na Nota 27.2(b). **(b) Isenção das diferenças acumuladas de conversão:** As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Companhia: • o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2009; • os contratos de seguro, pois a Companhia não tem operações deste tipo; • ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e joint ventures, uma vez que somente as demonstrações financeiras individuais da Controladora e consolidadas do Grupo foram preparadas; • instrumentos financeiros compostos porque o Grupo não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição; • passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que o Grupo não tem quaisquer passivos deste tipo; • ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPCC 10/IFRIC 12, já que o Grupo não tem contratos firmados sob o escopo desta interpretação. **27.1.3. Exceções da aplicação retrospectiva - seguidas pela Companhia -** A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva. **(a) Exceção das estimativas:** As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas: • Reversão de ativos e passivos financeiros. • Participação de não controladores. **27.2. Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs -** Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição. **(a) Laudo de avaliação do imobilizado:** A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação aos terrenos, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, máquinas e equipamentos. Para a controlada Dumas Participação e Administradora Ltda. aplicou-se a isenção de custo atribuído para os grupos de terrenos e edificações. O laudo de avaliação do imóvel realizado em 30 de setembro de 2010, determinou seu valor justo em R\$ 295.797 para a data base 1º de janeiro de 2009, um aumento de R\$ 208.897 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totaliza R\$ 56.900. **(b) Desajuste:** Quando o valor pago numa aquisição for menor que o valor contábil dos ativos e passivos líquidos adquiridos de acordo com o BR GAAP antigo, a Companhia devia contabilizar este valor como desajuste (saldo negativo) no balanço patrimonial e amortizá-lo pelo prazo considerando seu fundamento. De acordo com os CPCs e o IFRS, a diferença entre o montante pago e o valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos deve ser reconhecida nas contas de resultado. O valor do desajuste, que teve sua fundamentação na época outras razões econômicas, conforme o artigo 14, parágrafo 4º, da Instrução CVM 247, de 27 de março de 1996, não amortizou, foi de R\$ 39.088 em 1º de janeiro de 2009. **(c) Reserva de reavaliação:** A reavaliação anteriormente registrada foi considerada como o novo custo em 1º de janeiro de 2009 e, por este motivo a reserva de reavaliação existente naquela data, no valor de R\$ 10.846, foi reclassificada para a rubrica de ajuste de reavaliação patrimonial. **(d) Imposto de renda:** As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para os CPCs/IFRS, substancialmente relacionados a aplicação do custo atribuído (deemed cost) e totalizavam R\$ 71.026 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 66.983 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 4.043 no resultado do exercício de 2009. **(e) Outros:** O saldo de operações de vendor anteriormente registrados como reductor da rubrica contas a receber no ativo circulante foi reclassificado para a rubrica de empréstimos e financiamentos no passivo circulante, no valor de R\$ 559 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 4.163 em 31 de dezembro de 2009. O saldo de depósitos judiciais anteriormente registrados como reductor da rubrica provisões para contingências no passivo não circulante foi reclassificado para a rubrica de depósitos judiciais no ativo não circulante, no valor de R\$ 6.322 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 7.485 em 31 de dezembro de 2009. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos anteriormente registrados na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo circulante foi reclassificado para a rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo não circulante, no valor de R\$ 428 em 31 de dezembro de 2009. **(d) Lucros acumulados:** Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009. As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas: • Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (Nota 27.2.1). • Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (Nota 27.2.2). • Prejuízo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (27.2.3).

**13. EMPRÉSTIMOS**

Circulante	Moeda	Indexador e taxa média ponderada de juros e comissões - %	Vencimento final	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
<b>Moeda nacional</b>						
BNDES	R\$	TJLP + juros de 4,70 a.a.	Novembro de 2012	3.178	890	1.781
FINAME	R\$	TJLP + juros de 2,12 a.a.	Dezembro de 2012	190	184	184
Derivativos (Nota 7)	R\$	Agosto de 2011		14.149		
Vendor	R\$	Juros 1,15 a.m.	Abril de 2011	13.899	4.163	559
Empréstimo Governo Federal (EGF)	R\$	Juros de 6,75 a.a.	Outubro de 2010	3.827	5.841	1.778
Capital de giro	R\$	Juros de 11,55, e 2,4 (CDI) e juros de 14,17 a.a.	Abril de 2010		7.527	2.563
<b>Moeda estrangeira</b>						
Financiamento aquisição de ativo imobilizado	US\$	Variação cambial + juros de 5,58 e Libor + juros de 1,25 a 2,80 a.a.	Janeiro de 2011	514	1.803	2.194
Pré-pagamento de exportação	US\$	Variação cambial + LIBOR + juros de 1,94 a 6,03 a.a.	Outubro de 2013	10.107	19.474	17.215
BNDES	US\$	Variação cambial + juros de 5 e juros de 9,60 a.a.	Junho de 2010		2.912	5.986
ACC (Adiant. De Contratos de câmbio)	US\$	Variação cambial + juros de 4,10 a.a.	Novembro de 2010		10.834	28.489
Total circulante				<u>45.654</u>	<u>53.628</u>	<u>60.749</u>
<b>Moeda nacional</b>						
BNDES	R\$	TJLP + juros de 4,70 a.a.	Novembro de 2012	18.710		885
FINAME	R\$	TJLP + juros de 2,12 a.a.	Fevereiro de 2020	965	358	540
<b>Moeda estrangeira</b>						
Financiamento aquisição de ativo imobilizado	US\$	Variação cambial + juros de 5,58 e Libor + juros de 1,25 a 2,80 a.a.	Fevereiro de 2019	6.660	425	2.848
Pré-pagamento de exportação	US\$	Variação cambial + LIBOR + juros de 1,94 a 6,03 a.a.	Outubro de 2013	18.911	14.742	29.488
BNDES	US\$	Variação cambial + juros de 5 e juros de 9,60 a.a.	Junho de 2010		5.370	10.381
Total não circulante				<u>45.246</u>	<u>15.525</u>	<u>37.652</u>
Total empréstimos e financiamentos				<u>90.900</u>	<u>69.153</u>	<u>98.401</u>

Os empréstimos Pré-pagamento de exportação e Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) visam financiar as operações de exportação da Companhia que possui aproximadamente 27% de seu faturamento voltado ao mercado externo. Os financiamentos do BNDES/FINAME estão garantidos por imóveis da Companhia e estão apresentadas na Nota 12 e notas promissórias. Os financiamentos de capital de giro, EGF e pré-pagamentos de exportação estão garantidos por notas promissórias, e para os financiamentos de ativos imobilizados, as garantias são os próprios bens financiados. Os montantes do passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2010			33.296
2011			
2012	28.381	8.385	4.181
2013	11.324	7.140	175
2014	1.163		
2015	1.163		
2016 a 2020	3.215		
	<u>45.246</u>	<u>15.525</u>	<u>37.652</u>

**14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS -** As provisões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de contingências passivas são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus consultores legais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como remotos não são provisionados nem divulgados. No que se refere a processos judiciais de contestação de legalidade ou constitucionalidade de obrigação tributária, eles têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento. Os saldos das obrigações tributárias e provisões para passivos contingentes registradas contabilmente são apresentados a seguir:

	Controladora e consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contingências tributárias	8.689	5.837	4.810
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.095	1.293	1.157
Reclamações civis			

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.2.1. Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009	De acordo com BR GAAP antigo	Laudo de avaliação do imobilizado (a)	Deságio (b)	Reserva de Reavaliação(c)	Outros	Total da mudança para IFRS	De acordo com IFRS	De acordo com BR GAAP antigo		Laudo de avaliação do imobilizado (a)	Deságio (b)	Reserva de Reavaliação(c)	Outros	Total da mudança para IFRS	De acordo com IFRS
								Intangível	Total ativos						
<b>Ativos</b>															
<b>Circulante</b>															
Caixa e equivalentes de caixa	18.497						18.497								
Contas a receber de clientes	38.192				559	559	38.751								
Estoque	96.161						96.161								
Impostos a recuperar	11.220						11.220								
Imposto de renda e contribuição social diferidos															
Despesas pagas antecipadamente	524						524								
Créditos diversos	1.286						1.286								
	<u>165.880</u>					<u>559</u>	<u>166.439</u>								
<b>Não circulante</b>															
Depósitos judiciais					6.322	6.322	6.322								
Impostos a recuperar															
Impostos de renda e contribuição social diferidos	25.294						25.294								
Créditos diversos	642						642								
Investimentos															
Outros investimentos	1.564						1.564							66.983	66.983
Imobilizado	65.623	208.897				208.897	274.520			66.983				3.752	3.752
Intangível	3.485						3.485							7.485	7.485
	<u>96.608</u>	<u>208.897</u>				<u>6.322</u>	<u>311.827</u>							<u>(39.088)</u>	<u>(39.088)</u>
<b>Total ativos</b>	<u>262.488</u>	<u>208.897</u>				<u>6.881</u>	<u>478.266</u>							<u>4.163</u>	<u>4.163</u>
<b>Passivo</b>															
<b>Circulante</b>															
Fornecedores e empréstimos e financiamentos	12.863					559	12.863								
Salários, provisões e contribuições coais	60.190						60.749								
Impostos a recolher	10.418						10.418								
Partes relacionadas	761						761								
Dividendos	22						22								
Juros sobre o capital próprio a pagar	7.710						7.710								
Outras obrigações	2.588						2.588								
	<u>94.552</u>					<u>559</u>	<u>95.111</u>								
<b>Não circulante</b>															
Empréstimos e financiamentos	37.652						37.652								
Contribuição social a recolher	930						930								
Imposto de renda e contribuição social diferidos		71.026				71.026	71.026								
Parcelamento de tributos															
Provisões para contingências	7.806				6.322	6.322	14.128								
Deságio de investimento	39.088		(39.088)			(39.088)									
	<u>85.476</u>	<u>71.026</u>	<u>(39.088)</u>		<u>6.322</u>	<u>38.260</u>	<u>123.736</u>								
<b>Total do passivo</b>	<u>180.028</u>	<u>71.026</u>	<u>(39.088)</u>		<u>6.881</u>	<u>38.819</u>	<u>218.847</u>								
<b>Patrimônio líquido</b>															
Capital e reservas atribuíveis aos acionistas da controladora															
Capital social	71.318						71.318								
Reservas de capital	243						243								
Reserva de reavaliação	10.846			(10.846)		(10.846)									
Ajustes de avaliação patrimonial		137.871		10.846		148.717	148.717								
Reservas de lucros	1.048					39.088	38.093								
Lucros (prejuízos) acumulados	(995)		39.088			39.088	38.093								
	<u>82.460</u>	<u>137.871</u>	<u>39.088</u>			<u>176.959</u>	<u>259.419</u>							<u>4.043</u>	<u>(8.011)</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>262.488</u>	<u>208.897</u>			<u>6.881</u>	<u>215.778</u>	<u>478.266</u>							<u>11.648</u>	<u>216.080</u>

27.2.2. Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009	De acordo com BR GAAP antigo	Laudo de avaliação do imobilizado (a)	Deságio (b)	Reserva de Reavaliação(c)	Outros	Total da mudança para IFRS	De acordo com IFRS	De acordo com BR GAAP antigo		Laudo de avaliação do imobilizado (a)	Imposto contribuição social (g)	Efeito da mudança para IFRS	De acordo com IFRS
								Receita	Despesa operacional				
<b>Ativos</b>													
<b>Circulante</b>													
Caixa e equivalentes de caixa	20.902						20.902						
Contas a receber de clientes	20.673				4.163	4.163	24.836						
Estoque	76.075						76.075						
Impostos a recuperar	10.725						10.725						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	428				(428)	(428)							
Despesas pagas antecipadamente	1.460						1.460						
Créditos diversos	2.488						2.488						
	<u>132.751</u>				<u>3.735</u>	<u>3.735</u>	<u>136.486</u>						
<b>Não circulante</b>													
Depósitos judiciais					7.485	7.485	7.485						
Impostos a recuperar	4.777						4.777						
Impostos de renda e contribuição social diferidos	24.943				428	428	24.943						
Créditos diversos	454						454						
Investimentos													
Outros investimentos	1.564						1.564						
Imobilizado	51.599	204.432				204.432	256.031						

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FUAD MATTAR - Presidente

PAULO ANTONIO SKAF - Vice-Presidente

PAULO CHEDE MATTAR - Conselheiro  
LUIZ ROBERTO NOVAES MATTAR - Conselheiro

MARCO ANTONIO CATTINI MATTAR - Conselheiro  
CAIO RACY MATTAR - Conselheiro

SERGIO DACCA MATTAR - Conselheiro

### DIRETORIA ESTATUTÁRIA

JOSÉ CARLOS CARAMELO - Diretor Superintendente  
GABRIEL FRANCES DE MATOS - Diretor  
LUIZ ARTHUR PACHECO DE CASTRO - Diretor de Relações com Investidores

### CONTROLADORIA

MARCOS ANTONIO DA SILVA - Controller  
ANTONIO OZIAS DA SILVA - Contador - CRC/SP 146.166/0-6

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
**Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A.**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A. e suas controladas ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.  
**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.  
**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja pla-

nejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acor-

do com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**Ênfase**  
Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.  
**Outros assuntos**  
**Demonstrações do valor adicionado**  
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
São Paulo, 20 de abril de 2011

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP00160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7